



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

## SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Célia Maria Grandini Albiero<sup>1</sup>  
Keiliane Tavares Silva<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo se caracteriza como o resultado do Trabalho de Conclusão de Curso, através de um estudo teórico e empírico. O objetivo geral da pesquisa consistiu em compreender a perspectiva de 5 (cinco) acadêmicas e 5 (cinco) egresso/as de Curso de Serviço Social, de Universidade Federal da região Norte, campus do interior sobre o processo de formação profissional em Política de Assistência Social. A metodologia utilizada para a pesquisa se referencia na perspectiva histórico-crítica, numa análise qualitativa da formação profissional em Serviço Social. O estudo bibliográfico, documental, exploratório e de campo foram utilizados para a construção da pesquisa.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Formação Profissional; Política de Assistência Social.

**Abstract:** The present article is characterized as the result of the Course Conclusion Work, through a theoretical and empirical study. The general objective of the research was to understand the perspective of five (5) academic and five (5) graduates from Social Work Course, Federal University of the North region, interior campus about the process of professional training in Assistance Policy Social. The methodology used for the research is referenced in the historical-critical perspective, in a qualitative analysis of professional training in Social Work. The bibliographic, documentary, exploratory and field studies were used to construct the research.

**Keywords:** Social Service; Professional qualification; Social Assistance Policy.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo intitulado “Serviço Social, Formação Profissional e Política de Assistência Social” busca expor os resultados do Trabalho de Conclusão de Curso mediante uma pesquisa teórica e empírica realizada entre o ano de 2017 e 2018.

O objeto do estudo configura-se no processo de Formação Profissional em Política de Assistência Social e como delimitação, A Política de Assistência Social na contribuição da Formação Profissional das acadêmicas e

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: <celiaalbiero@uft.edu.br>

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Tocantins.

egressos/as de curso de Serviço Social, de Universidade Federal da região norte, campus de interior, tendo como objetivo geral compreender a importância e contribuição da disciplina optativa de Política de Assistência Social para a formação profissional na perspectiva dos acadêmicos e egressos. Desse modo, os sujeitos da pesquisa dividiram-se em dois públicos: os acadêmicos que estagiaram na área da Política de Assistência Social e os egressos que atuam na mesma área envolvendo a região central do estado da referida pesquisa, de 05 (cinco) municípios do entorno.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, à medida que busca conhecer a percepção das estudantes e egressos/as sobre o tema exposto, e ainda discutir sobre a formação profissional que é de extrema relevância para que seja de qualidade, na busca da melhoria do ensino e, conseqüentemente, da atuação profissional. Diante da realidade brasileira é necessário discutirmos como ponto primordial o processo de formação profissional, pois a atuação profissional exige profissionais capacitados a enfrentarem as mazelas do sistema capitalista, gerado pelo conflito entre capital e trabalho, na busca pela garantia de direitos da população usuária (IAMAMOTO, 2004).

O estudo é importante, pois atualmente o debate sobre Formação Profissional tem avançado bastante, que em meio a ofensiva neoliberal e os traços do conservadorismo na profissão, estratégias e debates devem ser realizados para que a Formação Profissional seja de qualidade e, que principalmente, formem profissionais capacitados a enfrentarem a realidade cotidiana diante desses desafios, que de certa forma rebatem na atuação dos assistentes sociais no que se refere as políticas sociais e públicas. Como o principal espaço de atuação dos assistentes sociais são as políticas sociais, é necessário que os profissionais tenham conhecimento da realidade fragmentada das políticas sociais e públicas, como a Política de Assistência Social que de acordo com Behring e Boschetti (2011, p. 161) “[...] é a política que mais vem sofrendo para se materializar como política e para superar algumas características históricas [...]”.

Tanto a Formação Profissional quanto a Política de Assistência Social são afetadas pela ofensiva neoliberal e conservadora, portanto, a presente pesquisa é importante não só para o meio acadêmico, mas também como uma

forma de análise da atual conjuntura na qual estamos inseridos, contribuindo para a melhoria do ensino e da atuação profissional.

A metodologia do estudo se deu por meio da teoria social crítica para análise da realidade, pois de acordo com Lowy (2015) tal concepção compreende que tanto o homem como a sociedade são históricos e mutáveis, portanto, estão em constante transformação, não havendo nada absoluto e nada fixo.

No estudo teórico, recorreremos ao material bibliográfico, documental e exploratório, tendo em vista que a pesquisa teve dois eixos de análise: Formação Profissional e Política de Assistência Social, a qual se buscou aprofundar o estudo por meio de livros, teses, dissertações, monografias, documentos e leis pertinentes ao tema. Quanto à pesquisa de campo, os instrumentais utilizados para a coleta de dados, foram obtidos por meio do questionário para identificação dos sujeitos e a entrevista. O universo da pesquisa envolveu uma amostra de 10 (dez) sujeitos, 5 (cinco) acadêmicas que fizeram estágio na área da Política de Assistência Social e 5 (cinco) egressos/as que atuam na Política de Assistência Social dos municípios citados acima.

## **2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL**

Ao falarmos que um dos desafios atualmente é a superação da Assistência Social como filantrópica, assistencialista e caritativa é necessário entender qual a relação dessa política com esses conceitos conservadores. Para haver uma superação de algo, se faz necessário compreender como e quando tais características surgiram e qual o impacto que podem acarretar. A gênese da assistência social no Brasil se deu de forma filantrópica e não como dever do Estado. Alguns autores apontam que a assistência social no Brasil tem sua origem desde os anos 1500, no período do descobrimento do país.

Couto (2010) aborda sobre o contexto das particularidades históricas dos direitos no Brasil, direitos sociais, civis e políticos principalmente entre o período de 1930 a 1985, mas também aponta a trajetória contextual da

assistência social desde o descobrimento do Brasil, elucidando como esta foi se gestando no país.

No período colonial, o Brasil pertencendo à colônia portuguesa e “Objetivando a expansão de seu império, Portugal estabeleceu no país um sistema produtivo baseado na agricultura extensiva e calcado no trabalho escravo, processo este que vai incidir basicamente no campo dos direitos civis [...]” (COUTO, 2010, p. 77). Neste sentido, os escravos eram constituídos pelos índios e pelos negros, onde o trabalho escravo era exercido tanto pelos portugueses, proprietários de terras, quanto pela igreja católica. E é nessa relação de escravidão e de domínio exercido respectivamente, pelo governo e pela igreja que se estabeleceu as primeiras formas de assistência social no Brasil. Isto é, a autora afirma que o trabalho escravo e a propriedade privada no que diz respeito à relação de poder são fatores essenciais para compreender a gestação dos direitos no Brasil e, conseqüentemente, compreendendo a formação dos direitos para entender como a Política de Assistência Social teve início, gênese esta não como política, mas sim com viés de ajuda e caridade.

Nas grandes propriedades havia a presença de escravos, submetidos aos preceitos de não serem humanos e servirem aos desejos de seus donos, até mesmo no que se referia à sua vida. Além deles, havia uma população que legalmente era livre, mas que para viver dependia das benesses de seus patrões, os quais provinham os recursos para sua subsistência. Era uma população analfabeta e sem nenhuma perspectiva de sobrevivência fora da órbita da propriedade e dos desejos dos senhores, o que os colocava em situação de similaridade aos escravos. Esses grandes proprietários acabavam por criar um sistema de justiça interno, onde suas decisões se tornavam leis no âmbito de suas propriedades, e a elas se submetiam todos que vivessem nas grandes fazendas (VIOTTI DA COSTA; NOVAIS, 2001 apud COUTO, 2010, p. 79).

Como descrito acima, existia assistência social no período da escravidão no Brasil, não com caráter de direitos, mas baseado na relação de poder, de submissão e de compadrio. Ou seja, os donos dos escravos eram os que garantiam a subsistência dos escravos, não como forma de bondade, mas como meio de manter viva a força de trabalho escrava para o lucro dos grandes proprietários das terras brasileiras que tanto chamavam atenção devido à riqueza natural aqui encontrada (minério, pau-brasil, cana-de-açúcar, entre outros).

A igreja católica neste período, não era contra o trabalho escravo, exercia seu domínio e influência espiritual e moral na vida dos escravos que eram considerados sem almas, na qual somente a partir da catequese é que os indígenas passariam a ter almas. É em meio a este cenário que se inicia a assistência social de cunho filantrópico e caritativo feito pelos religiosos e não pelo Estado, sendo vista na época como assistencialismo<sup>3</sup>. Foi a partir dessa ação social da igreja que nasceu às condições para a gênese da assistência social com tais características (MESTRINER, 2008).

Mestriner (2008, p. 14) conceitua a filantropia como uma forma de altruísmo “[...] relaciona-se ao amor do homem pelo ser humano, ao amor pela humanidade.” baseado no voluntarismo. No Brasil, o primeiro exemplo de benemerência *ad hoc* e a primeira instituição de assistência no país foi criada em 1532 pela Irmandade da Misericórdia na concessão de esmolas, além do auxílio espiritual e material. Essa instituição de misericórdia estava sustentada nos princípios e dogmas da igreja católica, totalmente no viés caritativo, sendo que concediam assistência e saúde aos necessitados e desclassificados da época, numa filantropia também caracterizada como higiênica. Tal assistência também era uma forma de estratégia política, econômica, social e ideológica, através da dominação dessa classe dependente. Em outras palavras,

A pobreza e a caridade caminharam juntas na organização social da colônia brasileira, num ideário que contemplava a lógica conservadora do projeto colonizar, em que a pobreza cumpria um papel político (fidelidade dos pobres aos doadores afortunados), social (diferenciação das classes abastadas) e religioso (a noção do perdão e salvação dos pecados através da doação aos pobres). Não se registra na história colonial nenhuma indicação que denuncie a vontade e/ou iniciativas por parte do governo e da Irmandade em criar alternativas sociais mais modernas para diminuir a pobreza e o combate à situação de miserabilidade que se espalhava nas províncias. As ações efetivavam-se no sentido da mensagem cristã, que na realidade legitimava a situação dos pobres. Não havia, portanto perspectivas de mudanças, já que o trabalho não era colocado como uma ação transformadora. Historicamente, para a população pobre a caridade tutelada contribuiu para a ausência de um ideário relacionado à noção de cidadania (com direitos e deveres sociais), na constituição da sociedade brasileira (SIQUEIRA, 2008, p. 9).

---

<sup>3</sup> Conforme Sposati et al (2014, p. 97) assistencialismo é uma prática onde a oferta dos serviços é conduzida pelos viés do favor e da ajuda, negando o caráter de direitos da política pública. Ou seja, é a introdução de “[...] processos terapêuticos de ajuda, mais que processos coletivos de mudança”.

Assim sendo, o Estado só incorporou a assistência social a partir do momento em que foi necessário intervir na pauperização e enfrentamento da “questão social”<sup>4</sup>. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a assistência social passa a se constituir como uma política pública prevista e garantida em lei. Isto é, somente com a constituição é que a assistência social passa a ter caráter de direitos e dever do Estado, sendo incorporada a Seguridade Social Brasileira e compondo o tripé da proteção social, juntamente com a Política de Saúde e a Política de Previdência Social. Apesar de ser uma conquista da população, por meio dos movimentos sociais e lutas por direitos, a Seguridade Social não deixa de ser contraditória, possuindo caráter híbrido, pois as três políticas possuem critérios de acesso diferentes, o que já limita a inserção da população. A Política de Saúde se configura como universal, a Política de Previdência Social é restrita aos trabalhadores assalariados que contribuem com a previdência, ou seja, é contributiva. A Política de Assistência Social é seletiva, somente para quem dela necessitar, ou seja, garante o amparo aos que estão fora do mercado de trabalho (SILVA, 2010).

Mesmo sendo prevista em lei, a Política de Assistência Social regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) junto com outras normativas, como a Política Nacional da Assistência Social (PNAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), tendo em vista que tais normativas foram sendo conquistadas em períodos diferenciados, ainda continua sendo um desafio para a sua materialização, pois os traços conservadores ainda permeiam na política. Neste sentido, mesmo após lutas para se tornar uma política pública, o ranço conservador ainda permeia a Política de Assistência Social, além da

---

<sup>4</sup> A “questão social” de acordo com as reflexões de Paulo Netto (2011, p. 152-154) possui várias interpretações. O autor ao destacar a utilização das aspas na expressão, deixa claro que sua compreensão sobre este fenômeno se dá a partir da perspectiva marxista. Ou seja, “[...] quero desde já assinalar o caráter extremamente modesto da minha intervenção, que busca, apenas e tão somente, oferecer algumas determinações históricas e críticas para circunscrever o que entendo como “questão social”, no marco da tradição teórico-política [...] marxista”. Neste sentido, o autor compreende a “questão social” como fruto da estrutura do sistema capitalista no conflito entre capital e trabalho, gerando desigualdades sociais, econômicas e políticas. Assim, é necessário deixar claro que a interpretação da “questão social” neste estudo, será mediante a perspectiva crítica, pois o referencial teórico da presente pesquisa também se fundamenta nesta concepção de que a “questão social” é fruto do sistema capitalista, que no decorrer do seu desenvolvimento, surge novas expressões de desigualdades sociais.

regressão de direitos, denominada por Behring (2008, p. 113) de contrarreforma. Segundo a autora, “A partir dos anos 1990, o Brasil adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, mais uma vez adaptando-se às requisições do capitalismo mundial”. Isto é, houve um retrocesso quanto às conquistas preconizadas na Constituição de 1988, visto que a regressão se deu por meio de ideologias neoliberais que tem como premissa investir menos no social e mais no capital, ou seja, máximo para o capital e mínimo para o social.

### **3 FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

O Serviço Social na contemporaneidade se configura como uma profissão de caráter interventivo, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, atuando principalmente nas políticas sociais do Estado. Tem como objeto de intervenção a “questão social” que se caracteriza como um conjunto de expressões (pobreza, miséria e desemprego) que se manifestam através da desigualdade política, econômica e social. Isto é, a “questão social” entendida como fundamento sócio-histórico da profissão de Serviço Social, se configura como a matéria prima do trabalho profissional porque é objeto de intervenção nas suas diversas expressões (IAMAMOTO, 2000; NETTO, 2011). Vale ressaltar que o curso de Serviço Social tem como característica o senso crítico e a busca pela superação do conservadorismo que marcou a profissão na sua gênese, traços conservadores que ainda permeiam na contemporaneidade.

Atualmente, a profissão está pautada numa perspectiva de transformação, vinculada a um projeto social democrático que tem como eixo o compromisso com a classe trabalhadora e como base o Código de Ética de 1993. Ou seja, tem como objetivo a materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEPSS) que se estrutura basicamente em três eixos primordiais: a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662 de 1993, o Código de Ética de 1993 e as Diretrizes Curriculares. Isto é, o PEPSS “[...] está calcado na regulamentação da profissão, no processo de formação e na prática profissional [...] é constituído de intenções educativas, éticas e políticas construídas pela história dos fazeres dos profissionais (SILVA, 2012, p. 43-49).

O projeto de formação profissional da profissão foi construído mediante as transformações na sociedade brasileira. É na intenção de ruptura com o conservadorismo, com o Serviço Social tradicional, paternalista, desenvolvimentista e com a modernização, que a profissão passa a pensar e formular um projeto profissional com a finalidade de “[...] orientar a atuação profissional.” (MOURA, 2013, p. 1). Um projeto a ser construído pela própria categoria profissional, pois até então, a profissão estava calcada no projeto modernizador do sistema capitalista. Desse modo, a projeto construído pela própria categoria de assistentes sociais passa a ter como finalidade a garantia de direitos. Em outras palavras,

Com o movimento de intenção de ruptura no início dos anos 1980, o projeto profissional tomou novo fôlego e garantiu como principal bandeira a oposição ao modelo político ditatorial, tendo como referenciais a liberdade política, a democracia e a não opressão dos trabalhadores diante do sistema capitalista. Além disso, o Serviço Social passou por mudanças teórico-metodológicas, buscando aportes para implementação de um conteúdo mais crítico e voltado às necessidades sociais e políticas da classe trabalhadora. Para um melhor entendimento do marxismo, a aproximação teórica de autores como Antônio Gramsci e George Lukács foram fundamentais para o abandono da teoria estruturalista e vulgar de Louis Althusser, fazendo gerar uma nova formação de profissionais portadores de uma práxis vinculada aos estudos ontológicos (PEIXOTO, 2009, p. 25-26).

A formação profissional do assistente social se inicia através da formação acadêmica, porém, conforme Iamamoto (2004), tal formação profissional não se refere exclusivamente ao estudo das disciplinas ofertadas durante a academia. Essa dimensão formativa se estende muito mais ao currículo escolar, pois afirma que a formação profissional,

[...] trata-se de preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado. Trata-se aqui, de um projeto profissional que, demarcado pelas condições efetivas que caracterizam o exercício profissional do Assistente Social diante da divisão social e técnica do trabalho, seja capaz de responder às demandas atuais feitas à profissão a partir do mercado de trabalho e de reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, expressão de exigências históricas que se apresentam à profissão pelo desenvolvimento da sociedade em um contexto conjuntural específico (IAMAMOTO, 2004, p. 163).



Ou seja, uma formação profissional que tem como norte o Projeto Ético-Político, na qual se caracteriza como um projeto anticapitalista, sendo necessário um arcabouço de conhecimento, tanto em relação à conjuntura política e social quanto o histórico-metodológico da profissão. Uma formação qualificada para que o profissional, mediante esta realidade cheia de contradições possa efetivar sua ação a partir de uma reflexão crítica e, assim, intervir nas expressões da “questão social” (KOIKE, 2009).

Para isso, a categoria profissional deve apreender o significado sócio-histórico da profissão, quanto do sistema que predomina nesta sociedade, na compreensão das contradições que permeiam o cotidiano e as relações sociais. Formação com uma compreensão crítica sobre os impactos que o conservadorismo e o projeto neoliberal acarretam para a profissão.

Outro aspecto importante refere-se ao aprimoramento intelectual constante, na busca pelo conhecimento, uma vez que a realidade é dinâmica e as transformações societárias também (IAMAMOTO, 2004).

Outro parâmetro indispensável para a formação profissional, diz respeito à apreensão do espaço sócioocupacional de atuação do profissional, pois é necessário tal conhecimento para entender as atribuições da profissão mediante a realidade posta e por certo, o aprimoramento para investigação e produção de conhecimento sobre o espaço de atuação, bem como a apreensão das três dimensões da profissão (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa) como subsídios de intervenção e investigação diante das estratégias de ação. Uma vez que esse espaço de trabalho não deve se tornar um espaço de práticas rotineiras, mas sim, como um lugar de construção e desconstrução de conhecimentos por meio da realidade (IAMAMOTO, 2004).

Essa indissociabilidade entre teoria e prática articulada com as três dimensões, é de suma importância para a formação profissional do acadêmico, pois possibilita o contato com a realidade. Tal contato se dá, mediante a inserção do aluno no processo de estágio, o qual se configura como um momento indispensável para o aprendizado do acadêmico. Albiero (2006, p. 43) aponta o estágio como indispensável para a formação profissional, pois afirma que “[...] é um momento de grande experiência para o aluno, mas é também um momento de dúvidas e conflitos que devem ser compartilhados com profissionais [...]” o

que pressupõe então, um estágio supervisionado pelo professor e pelo profissional do campo de estágio.

Assim, o Serviço Social tem como pilares para a formação profissional, a efetivação do Projeto Ético-Político, articulação das três dimensões, uma perspectiva teórico crítica, articulação da teoria com a prática e profissionais e acadêmicos comprometidos com o Código de Ética na defesa dos direitos, através de princípios formulados num projeto profissional vinculado a classe trabalhadora, defesa em meio aos desafios que perpassam tanto a profissão, como a sociedade brasileira, regida sob a ótica do capitalismo, afetando o aspecto econômico, político e social do país.

#### **4 O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL JUNTO À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DAS ACADÊMICAS E EGRESSOS/AS DE UM CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DE UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPUS DE INTERIOR**

Neste tópico, iremos relatar os resultados da pesquisa que buscou compreender de que forma as alunas e os/as egressos/as do curso de Serviço Social entendem a contribuição e importância do processo de formação profissional em Serviço Social junto à Política de Assistência Social, na descrição e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo.

A pesquisa de campo foi necessária, pois os sujeitos da pesquisa foram às acadêmicas e profissionais egressos/as de curso de Serviço Social de Universidade Federal da região norte, envolvendo os 5 (cinco) municípios da região central do estado pesquisado. Os instrumentos para a coleta de dados se deram por meio da entrevista<sup>5</sup> com os/as profissionais egressos/as e acadêmicas do Curso de Serviço Social pesquisado, campus universitário do interior, totalizando 10 (dez) sujeitos, sendo 5 (cinco) profissionais e 5 (cinco) acadêmicas.

---

<sup>5</sup> A entrevista foi realizada por meio das questões norteadoras elaboradas para coleta dos dados. As questões norteadoras tanto dos acadêmicos quanto dos egressos estão divididas em 8 (oito) perguntas abertas.

A escolha dos/as assistentes sociais para pesquisa se deu mediante 3 (três) critérios: o/a profissional tinha que ser egresso/a da universidade em estudo, seu local de atuação na área da Política de Assistência Social e supervisores de campo de estágio. Quanto às acadêmicas, o critério para seleção foram quatro: alunas da disciplina de Estágio e Supervisão Acadêmica em Serviço Social IV ou que já tivessem concluído o estágio, tendo como outro critério, os alunos/as estagiários/as na área da Política de Assistência Social e que já tivessem cursado a disciplina optativa de Política de Assistência Social e obtido aprovação na mesma.

Um dos objetivos da pesquisa consistiu em compreender o delineamento da Política de Assistência Social na região central do estado pesquisado na perspectiva dos sujeitos da pesquisa, no que tange ao caráter da política e se a mesma tem sido efetivada como uma política de direito ou pelo viés assistencialista.

Levando em conta a descentralização estabelecida pelo SUAS, todos os municípios envolvidos na delimitação da pesquisa possuem a unidade CRAS e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Dos 5 (cinco) municípios, somente um não possui o CREAS, visto que há somente 1 (uma) Técnica de Referência da Proteção Social Especial<sup>6</sup> atuando na Secretaria de Assistência Social.

Três municípios da região pesquisada da unidade CREAS. Apenas num município, a unidade CREAS está em fase de implantação, conforme abordado pela Egressa 5 (2018) “[...] a equipe já foi formada [...] estão ficando aqui na secretaria até o espaço ficar pronto”.

Somente duas cidades têm a equipe técnica volante do CRAS, tendo em vista que um dos municípios conta com a referida unidade recentemente, uma vez que diante da realidade da região, onde no seu entorno existe a grande presença de aldeias e assentamentos. Assim, verifica-se a importância e

---

<sup>6</sup> De acordo com o site da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (SETAS), o técnico de referência atua nos locais onde não há a unidade CREAS, representado assim, a Proteção Social Especial. Para esta atuação, o técnico de referência deve ter como perfil, nível superior e conhecimento da política e das leis que a regulamentam. De acordo com o site da SETAS, uma das atribuições desse profissional é “Garantir a identificação de famílias e indivíduos que se encontram em situação de violações de direitos ou ameaças no território municipal”. Ver site: <https://setas.to.gov.br/assistencia-social/protECAo-social-especial/oficina-para-tecnicos-de-referencia-da-protECAo-social-especial>

necessidade de profissionais que atuam diretamente com a população da zona rural, pois é evidente que tal público também é sujeito de direitos, bem como são afetados pelas expressões da “questão social”, deixando-os assim em situação de vulnerabilidade social.

De acordo com os dados levantados com a entrevista, as acadêmicas pontuaram que durante a realização do estágio, a política foi conduzida como direito e como prática assistencialista. Pelo viés assistencialista, a prática se dava mediante a interferência política do governo municipal, por parte dos gestores e a questão do primeiro-damismo, pois como abordado pelos sujeitos da pesquisa, geralmente os cargos de secretária da assistência social eram ocupados por parentes dos políticos dos municípios. O assistencialismo como uma ação de caráter de ajuda e favor perpassa pela política dos municípios como forma de controle e manutenção do poder. Conforme Oliveira (2003, p. 119) “A incidência do clientelismo na Assistência Social, por fim, pode ser caracterizada como decisiva, no sentido de imprimir a essa política, uma cultura que fragiliza a ideia do direito e fortalece a ideia da dádiva e do favor.”, e como descreve Mota (2008) o “feitiço da ajuda” perpassa as relações de trabalho.

Diante das respostas das acadêmicas e dos/as egressos/as, fica evidente o compromisso dos sujeitos em relação a reafirmarem a Política de Assistência Social como política pública de direito nos seus espaços de estágio e de atuação profissional, pois os mesmos afirmaram que efetivá-la como direito é um desafio ao assistente social, uma vez que a superação do conservadorismo não depende somente do assistente social, mas também da equipe de trabalho e da gestão municipal.

Em relação ao processo de formação profissional junto à Política de Assistência Social, podemos destacar que todos os sujeitos afirmaram que o estudo da Política de Assistência Social contribui de forma significativa na formação profissional, tendo em vista que é uma das políticas que mais emprega assistentes sociais e conforme apontado por eles é a porta de entrada para outras políticas.

Fica evidente na percepção das acadêmicas que a disciplina contribui para o conhecimento da política, bem como sua relação com a profissão, além de contribuir no conhecimento das leis, divisão das proteções elencadas pelo

SUAS. Assim sendo, o processo de formação profissional, junto a Política de Assistência Social, permite ao aluno se apropriar dos conhecimentos pertinentes à política, pois norteia o trabalho e intervenção no seu espaço de trabalho ou de estágio, por meio das proteções estabelecidas pelo SUAS: básica e especial, além de dar subsídios para o conhecimento do contexto histórico da política e suas contradições que ainda permeiam na atualidade. Assim, o estudo da política é indispensável para o profissional e para o aluno. A Acadêmica 1, ressalta que,

É porque a Política de Assistência, para trabalhar na área é preciso conhecer a política, [...] ela vai nortear o trabalho a ser desenvolvido. E também foi através das aulas de Política de Assistência, inclusive compreender a diferença entre Proteção Social Básica e a Especial. [...] Antes assim, na minha concepção era apenas para quem dela necessitar, eu não tinha essa visão dessa separação do CRAS e do CREAS que uma era básica e a outra especial. E as leis também [...] que regulamentam (ACADÊMICA 1, 2018).

A partir dessa resposta é evidente que a disciplina é de suma importância para o conhecimento do aluno sobre o público-alvo da política e como a mesma se estrutura. Contribuição que enriquece a formação do acadêmico sobre os tipos de proteções existentes estabelecidas pelo SUAS. Proteções voltadas para a família ou indivíduo, tendo em vista que a política tem a centralidade na família e indivíduos que se encontram em situação de pobreza.

Dessa forma, o estudo da política traz um conhecimento pertinente para entender os seus desdobramentos, diante da sociedade capitalista, sendo colocada pelas alunas, que tal política é a porta de entrada dos usuários, no que diz respeito à intervenção profissional e articulação com as outras políticas. Sendo assim, o estudo da Política de Assistência Social e seus rebatimentos na profissão são indispensáveis.

Silva (2012, p. 2) enfatiza que esta “[...] centralidade da Política de Assistência Social impacta diretamente o cotidiano profissional, tencionando as dimensões das competências do assistente social que postula um profissional crítico-propositivo [...]”, pois com a grande demanda e pouco investimento, o assistente social tem que traçar estratégias para efetivar os direitos dos usuários, mediante suas necessidades e, ainda assim, diante desta lógica de regressão de direitos, os impactos se dão não só na política em si, mas também na vida do

próprio usuário “[...] numa tensão constante de inclusão e exclusão [...]” (SCHONS, 1999, p. 194), pois a política já é seletiva, ou seja, para quem dela necessita e com esta tensão, se torna mais seletiva ainda.

Analisar a percepção dos/das egressos/as quanto à formação profissional em Serviço Social é de suma importância, pois permite buscar uma análise qualitativa para que o ensino seja cada vez mais qualificado. Em relação à importância do estudo da Política de Assistência Social para a formação profissional, todos os/as egressos/as responderam que a contribuição se dá de forma positiva por meio do conhecimento de mais um espaço de atuação do assistente social. Ou seja, “Importantíssimo porque é um dos espaços sócio ocupacionais, das áreas de atuação do assistente social. Então, ele tem que conhecer várias políticas e principalmente, a política de assistência social” (EGRESSO 3, 2018).

De acordo com os/as egressos/as não tem como desarticular a profissão com a política, pois estes/as afirmam que a política está atrelada a atuação profissional. Além de ser um campo de serviço, também se configura como objeto de estudo e intervenção profissional, diante das manifestações das expressões da “questão social”, tendo em vista que é a área que mais emprega assistentes sociais.

Quanto à contribuição do ensino da Instituição de Ensino Superior (IES) Federal, para a atuação na área da Política de Assistência Social, os egressos pontuam que o ensino presencial é de grande importância para o melhor aprendizado e formação profissional do aluno, tendo em vista que as instituições de Ensino à Distância (EaD) não proporcionam uma articulação entre teoria, prática, ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, de acordo com as entrevistas, obtivemos a seguinte resposta, “No meu ponto de vista, a minha formação na universidade é uma formação de boa qualidade. É uma universidade federal presencial e assim pude buscar o máximo de conhecimento possível através de estudos, na teoria e na prática, através de professores, trabalhos, supervisor de campo” (EGRESSO 1, 2018).

Assim, entende-se que essa articulação é bem ressaltada pelos profissionais, articulação também proporcionada pelo ensino ser de forma presencial com professores capacitados para ministrarem disciplinas relevantes

para o conhecimento do acadêmico, visto que na EaD, o professor é substituído pelo tutor.

## **5 CONCLUSÃO**

O estudo da Política de Assistência Social, da profissão de Serviço Social e da Formação Profissional em Serviço Social, foi realizado mediante uma análise histórica, teórica e metodológica, pois para entender os temas acima citados foi necessária uma reflexão das construções históricas, uma vez que estão relacionadas com as transformações da sociedade, das relações políticas, econômicas e sociais que emergiram durante o desenvolvimento do país. Assim sendo, a Política de Assistência Social, durante sua construção até se tornar uma política pública assegurada pela Constituição Federal de 1988, construção que se deu de forma lenta, pois como explicitado, teve início no período colonial e as primeiras formas de assistência estavam pautadas na submissão, relação de poder, compadrio e assistencialismo (COUTO, 2010).

Dessa forma, tal política mediante a Constituição Federal de 1988 passa a compor a Proteção Social Brasileira, pois sua construção como política pública, depois desse grande avanço conquistado através de lutas da população e dos movimentos sociais, ainda continua, tendo em vista que sua efetivação de fato como política, no que se refere à organização e lei de regulamentação se deu em períodos diferentes. Tais conquistas, como a LOAS, o SUAS, a PNAS, ainda continuam sendo desafios, visto que os objetivos da Política de Assistência Social em meio à sociedade capitalista exigem uma constante luta para que os mesmos sejam concretizados, pois mesmo diante desses avanços, ainda se tem grandes expressões do conservadorismo e assistencialismo nessa política (MOTA, 2008).

Da mesma forma, quando nos referimos à profissão e seu PEPSS é necessário entender seu percurso histórico, para compreendermos hoje a profissão como uma categoria pautada na ética e emancipação da população usuária, bem como na garantia e luta por direitos (BARROCO; TERRA, 2012). A profissão também teve nos seus primórdios vieses conservadores e

assistencialistas, e que durante as transformações, novos conhecimentos e, principalmente, com o movimento de ruptura, novas perspectivas são elencadas a categoria profissional (PAULO NETTO; IAMAMOTO, 2004), hoje fundamentada numa teoria crítica, num projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora.

Desse modo, no que diz respeito às análises dos dados coletados, podemos descrever que a efetivação da Política de Assistência Social na região central do estado pesquisado permeia entre política pública e a prática assistencialista, uma vez que esse viés conservador e clientelista se dá através da interferência política no interior dos municípios, conforme abordado pelos sujeitos, ou então, pela falta de conhecimento sobre a política dos que estão ocupando cargos na gestão ou secretarias de assistência social. Conforme apresentado, fica evidente também a postura dos profissionais em relação a superação dessas características conservadoras, na luta pela reafirmação da política pública, uma vez que para a política ser garantida como direito, é necessário que a equipe de trabalho a reconheça como tal, e principalmente a gestão, para que o trabalho quando feito de forma articulada, seja de maior qualidade.

Desse modo, podemos afirmar que a formação profissional em Serviço Social da universidade pesquisada permitiu e permite a articulação das três dimensões da profissão, tanto no exercício profissional, quando no âmbito acadêmico.

Portanto, diante das análises, o curso de Serviço Social da universidade federal pesquisada contribui para a formação de profissionais aptos a atuarem com capacidade crítica e interventiva, diante das demandas que se apresentam no seu espaço de trabalho cotidianamente, o que mais uma vez, contempla os objetivos tanto do Projeto Pedagógico do Curso quanto do Projeto Ético Político do Serviço Social.

## **REFERÊNCIAS**

ABEPSS. **Lei de Diretrizes curriculares:** Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. (Com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996). Rio de Janeiro, nov. 1996.



ALBIERO, Célia Maria Grandini. **Na aquarela do Brasil**: as cores se misturam na 'supervisão sistemática' e na 'avaliação qualitativa' no estágio acadêmico em Serviço Social. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva; TERRA, Helena Sylvia. CFESS (org). **Código de Ética do Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**: 1988. Brasília, DF: Câmara dos deputados, 1988.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Marilda. Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: Ensaios críticos. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOIKE, Maria Marieta. Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: SERVIÇO Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília – DF: CEFESS/ABEPSS, 2009.

LOWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social**: elementos para uma análise marxista. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MESTRINER, Maria Luiza. **O estado entre a filantropia e a assistência social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MOTA, Ana Elizabete. **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOURA, Maria Aparecida Garcia. **Reflexões sobre o projeto profissional do Serviço Social brasileiro e rebatimentos no seu processo de formação**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesastematicas/projetoprofessionaldoservicosocialbrasileiro-damaterialidadeasameacasdecrise.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Cultura Política e Assistência Social: uma análise das orientações de gestores estaduais.** São Paulo: Cortez, 2003.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do Método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Projeto Profissional em Serviço social: as expressões da dimensão ético política no exercício profissional dos gestores da Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza.** 2009. 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

SILVA, Ademir Alves da. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Marcela Mary José da. **A materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Revista Histórica**, São Paulo, n. 34, 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia01/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”:** mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.